



XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT - 6 : Informação, Educação e Trabalho

AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: REGULAMENTAÇÃO E CONCEPÇÃO

Maria Aparecida Brito Santos (Instituto Federal do Sul de Minas Gerais)

Luciana de Souza Gracioso (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar)

THE LIBRARIES OF THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY: REGULATION AND DESIGN

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: A estrutura diferenciada e espaço escolar repleto de diversidades e especificidades dos Institutos Federais (IFs), somado à oferta de educação em diferentes níveis e modalidades de ensino, impactaram diretamente na organização e no desenvolvimento de suas bibliotecas. Neste contexto foi objetivo desta pesquisa analisar e caracterizar a biblioteca dos Institutos Federais a partir de sua descrição feita em documentos institucionais. Para tanto foi desenvolvida pesquisa descritiva com base em levantamento bibliográfico e documental com posterior análise sistemática de conteúdo de: 38 planos de desenvolvimento institucionalidade; 37 Projetos Político-pedagógicos institucionais (13 documentos separados, 21 documentos parte do PDI, 03 documentos em fase elaboração e 01 IF não respondeu); 12 regimentos aprovados unificados de bibliotecas. Foi possível verificar que as bibliotecas não constam nas leis que regem este segmento educacional, de 1909 a 2005. Elas são incluídas pela primeira vez a partir do decreto nº 5.773/2006, no qual os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – são autorizados a ofertar ensino superior. Com a criação dos IFs em 2008, através da Lei nº 11.892, a biblioteca é apresentada na legislação e nos documentos institucionais como setor obrigatório, sem nenhuma associação clara com a sua função de apoio pedagógico. Foi identificado também, que as bibliotecas dos IFs são estruturadas à luz de instrumentos e políticas voltadas para o ensino superior.

Palavras-Chave: Bibliotecas; Instituto Federal; Educação Profissional.

Abstract: The differentiated structure and school space full of diversity and specificities of the Federal Institutes, together with the offer of education in different levels and modalities of teaching, had a direct impact on the organization and development of its libraries. In this context it was the objective of this research to analyze and characterize the library of the Federal Institutes from its description and characterization made in institutional documents. For that, a bibliographical and documentary research was developed with a subsequent systematic analysis of: 38 institutional development plans; 37 Political-pedagogical institutional projects (13 separate documents, 21 documents part of the IDP, 3 documents in the elaboration phase and 1 FI did not respond); 12 unified approved regiments of libraries. It was possible to verify that the libraries are not included in the laws that govern this educational segment, from 1909 to 2005. They are included for the first time when, through decree nº 5.773 / 2006, the Federal Centers of Technological Education - CEFETs - are authorized to offer higher education. With the creation of the Federal Institutes in 2008, through Law No. 11,892, the library is presented in legislation and institutional documents as a mandatory sector, with no clear association with its pedagogical support function. It was also identified that the libraries of the Federal Institutes are structured in the light of instruments and policies aimed at higher education.

Keywords: Libraries; Federal Institute; Professional education.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia originaram-se da integração e ou transformação de Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com a Lei 11.892 de 2008, configurando-se como um modelo singular de instituição de ensino especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades e níveis de ensino; com a missão intrínseca de contribuir, para com o desenvolvimento regional, cujas atividades são pautadas na tríade ensino, pesquisa e extensão. Neste cenário, se considera que a biblioteca deva desempenhar um papel essencial e estruturante na formação dos profissionais, estudantes dos Institutos.

Enquanto objeto de pesquisa, as bibliotecas dos Institutos Federais (IFs) já foram estudadas no âmbito de programas de pós-graduação *strictu sensu*¹, em diferentes perspectivas. No entanto, para dar conta de atender o objetivo geral do trabalho ora apresentado, que é o de analisar e caracterizar a biblioteca dos Institutos Federais a partir de

¹ Becker, Caroline da Rosa F. (2010); Sousa, Brisa P. de (2012); Santos, Cíntia A. da S. (2012); Carvalho, Carlos C. de (2013); Bandeira, Lígia A. do N. (2013); Souza, Maria, A. R. de (2013); Mendes, Aline R. de Lima (2014); Moutinho, Sônia O. M. (2014); Almeida, Jobson Louis S. de (2015); Sima, Aline M. (2015); Teixeira, Cristiane da C. (2015); Pozzati, Valéria R. de O. (2016) e Santos, Cássia R. N. dos (2016). É salutar ressaltar que todos os pesquisadores citados são bibliotecários documentalistas servidores em IFs. Nenhuma das pesquisas identificadas investigou a concepção das bibliotecas dos IFs, a partir de uma pesquisa exploratória e documental, tendo como principais fontes de informação leis, documentos institucionais e análise sistemática da literatura especializada.

sua descrição feita em documentos institucionais, estes estudos, assim como o referencial teórico e conceitual que sustenta estas discussões, não terão condições de serem exaustivamente apresentados. Espera-se com esta pesquisa descritiva contribuir tanto para a construção e registro da história das bibliotecas dos IFs brasileiros quanto elucidar o papel delas no contexto destes IFs, propiciando avanços e ampliação da visão dos bibliotecários sobre suas práticas profissionais diante da singularidade dessas bibliotecas.

2 MÉTODO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Propõe-se a descrever sistematicamente como a Biblioteca é representada e mencionada nos documentos institucionais dos IFs, seguindo categorias de análise de conteúdo pré-definidas. A relação entre as variáveis descritas compõe o cenário que representará o lugar da Biblioteca na perspectiva legal, via documentos institucionais, dos IFs. O universo desta pesquisa foi constituído pelas bibliotecas dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, e para alcançar o objetivo proposto para esta pesquisa, foi realizado o levantamento e análise de documentos institucionais acerca das seguintes categorias: história e legislação da educação profissional tecnológica no Brasil; criação e legislação dos IFs e literatura específica cujo objeto de estudo está relacionado às bibliotecas dos IFs. Ressalta-se que os documentos institucionais analisados (Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político - Pedagógico Institucional, Regulamentos de bibliotecas) foram solicitados aos respectivos institutos, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-sic. Quanto à literatura científica analisada, a saber, artigos científicos e trabalhos apresentados, em eventos profissionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, ressalta-se que foram considerados os que estão disponíveis em texto completo, com acesso livre e gratuito e em língua portuguesa. Optou-se por analisar somente a literatura brasileira, uma vez que os IFs são instituições de ensino profissional e tecnológico, sem similar no mundo, como afirma Pacheco (2011), que nos leva a crer que as bibliotecas destes institutos configuram-se, também, como modelo singular de biblioteca.

Para sumarizar a apresentação dos conteúdos analisados, foram selecionados, para o escopo deste artigo, , a apresentação mais pontual sobre o contexto pautado na análise sistemática de: 38 planos de desenvolvimento institucionalidade; 37 Projetos Político-pedagógicos institucionais (13 documentos separados, 21 documentos parte do PDI, três

documentos em fase elaboração [1 IF não respondeu]) e 12 regimentos aprovados unificados de bibliotecas.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Cruz, Gracioso e Amaral (2017) apontam que as bibliotecas das instituições de educação profissional e tecnológica não constam nas Leis que regem este segmento educacional, de 1909 a 2005. Elas são incluídas pela primeira vez, por meio do Decreto nº 5.773/2006, quando os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – são autorizados a ofertar ensino superior e com a criação dos IFs, em 2008. É somente no cerne Lei nº 11.892, que a biblioteca é apresentada na legislação e nos documentos institucionais como infraestrutura física obrigatória, mas sem haver nenhuma manifestação ainda a associação clara com a sua função de apoio pedagógico. Os autores salientam que a Lei nº 12.244/10 definiu como biblioteca escolar as bibliotecas de todas as instituições de ensino públicas e privadas, o que leva a prerrogativa inicial de classificar as bibliotecas dos IFs como bibliotecas escolares.

Os IFs atuam na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão visto que ofertam cursos em vários níveis e modalidades e ainda, tem buscado se equiparar às universidades, em diferentes perspectivas. Assim, suas bibliotecas também sofrem influências em suas estruturas, composição de acervos e prestação de serviços, diante do atendimento ao público diversificado proveniente de cursos de nível médio, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação ofertados por eixo tecnológico, e de cursos de formação continuada e comunidade externa. Assim as bibliotecas destes IFs geralmente reúnem características de bibliotecas escolares, universitárias, especializadas, comunitárias e públicas em uma única biblioteca (CRUZ, GRACIOSO, AMARAL, 2017).

A Lei nº 11.892/2008 estabelece o público da biblioteca dos IFs ao estabelecer, nos art. 7 e 8, o nível e modalidade de ensino, quantidade e prioridade de vagas a serem ofertadas (CRUZ, GRACIOSO, AMARAL, 2017). O inciso I permite definir que com a oferta de cursos de nível médio a biblioteca terá um tipo de público usuário formado por adolescentes a partir de 14 anos e outro tipo de público usuário formado por jovens e adultos que possivelmente passaram anos fora da escola. Ainda conforme o inciso II e como Cruz, Gracioso e Amaral (2017) exemplificam, com a oferta de Cursos de formação inicial e continuada (FIC) de curta duração, o público usuário da biblioteca pode ser heterogêneo, já que os cursos FIC podem

ser ministrados para um grupo em específico, como por exemplo, um curso FIC de auxiliar de biblioteca destinado aos professores da rede municipal de educação que atuam em bibliotecas escolares; ou aberto à comunidade em geral, exigindo ensino fundamental como pré-requisito, por exemplo, um curso FIC de auxiliar administrativo. Campello (2012) afirma que a biblioteca escolar é influenciada pela cultura escolar e deve estar para “ajudar a aprender”, o que deve ser considerado. É um espaço de produção do conhecimento; ainda segundo Amaral (2008), a biblioteca escolar é considerada um ambiente social onde interatuam usuários de vários níveis de escolaridade, diferentes raças, países, professores e comunidade em geral, devendo ser organizada conforme as modernas técnicas biblioteconômicas; assim podem-se compreender bibliotecas de IFs como bibliotecas escolares.

Os incisos III a IV se referem às atividades de extensão voltadas à comunidade local imposta aos IFs, este apanágio se estende conseqüentemente às bibliotecas, que vale ressaltar, contribui com a missão de difundir conhecimentos científicos e tecnológicos. Porém, destaca-se que atividades de extensão envolvendo a comunidade externa são mais comuns às bibliotecas públicas, conforme ressalta o documento 6 da Fundação Biblioteca Nacional (2000) intitulado **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes, que enuncia que as bibliotecas públicas possuem como característica não possuir funções específicas como outras bibliotecas, destinando-se a toda coletividade; possuindo material de diversas tipologias (sem restrições quanto a assuntos ou materiais); sendo custeada pelo poder. O Manifesto da IFLA/UNESCO (1994, p.2) sobre bibliotecas públicas orienta que “a biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”; pressupõe-se portanto que, quando as bibliotecas dos Ifs atendem à comunidade geral desenvolvendo projetos de caráter lútero cultural, atuando em conformidade com o compromisso dos IFs colaborando para o desenvolvimento regional e formação do cidadão, bibliotecas dos IFs demonstram características de bibliotecas públicas (CRUZ, GRACIOSO, AMARAL, 2017).

O inciso VI diz respeito a oferta de Educação em nível superior e leva ao entendimento de que os IFs possuirão bibliotecas universitárias, pois conforme Sousa (2009), alinhada a instituição de ensino superior, a **biblioteca universitária** deve seguir suas diretrizes administrativas e políticas tendo sua autonomia limitada. Cabe à biblioteca universitária apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão com estruturas e serviços prestados com características

intrínsecas, geralmente dividida, basicamente em atividades de aquisição, processos técnicos e atendimentos aos usuários. Mas cabe salientar que a oferta dos cursos por eixos tecnológicos pode determinar acervos especializados, o que traz também à discussão o que diz Salasário (2000), existem três princípios teóricos quanto ao conceito de **biblioteca especializada**: os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que falam do tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário. De acordo com o art. 8º e consonância com art. 7º incisos I e VI, considera-se que as bibliotecas dos IFs serão 50% bibliotecas escolares; no mínimo 20% bibliotecas universitárias e os demais 30% terão propriedade de bibliotecas escolares, universitárias, públicas e especializadas (CRUZ, GRACIOSO, AMARAL, 2017).

O Secretário da Educação Profissional e Tecnológica², Sr. Carlos Artur de Carvalho, relata que os critérios e requisitos sobre estrutura física, composição do acervo, recursos humanos, serviços e funcionamento adequado para as bibliotecas dos IFs e demais instituições que compõem a Rede Federal EPCT devem ser considerados pelo Regimento Interno de cada instituição, uma vez que, a Lei nº 11.892/2008, garante autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar aos IFs. Ele ainda ressalta que o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992, deve nortear as instituições da Rede Federal EPCT que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e, no contexto do Ministério da Cultura, pela Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, que designa a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País (CRUZ, GRACIOSO, AMARAL, 2017).

Diante do exposto foi realizada uma análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's), Regimento e Regulamentos dos Sistemas Integrados de bibliotecas de IFs, pretendendo identificar como a biblioteca está concebida e quais distinções relacionadas a elas esses documentos orientam (CRUZ, GRACIOSO, AMARAL, 2017).

3 ANÁLISE DE RESULTADOS: AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES EM DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

A análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos Projetos Político Pedagógicos especificamente objetivou averiguar: a caracterização quanto a sua tipologia, a existência de projetos de extensão realizados pelas bibliotecas, o horário de funcionamento, a existência de política de desenvolvimento de coleções consolidadas, a existência de sistema

² Informação adquirida através de e-mail enviado para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, por meio do sistema eletrônico de informação ao cidadão (e-sic)

integrado de bibliotecas e se possível, os softwares de automação utilizados e estruturação do espaço físico das bibliotecas.

A visão de que as bibliotecas são órgãos de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão é comungada pelos IFs: Goiano (p. 97), do Amazonas, da Bahia (p. 201), do Espírito Santo (p.131), Fluminense (p. 275), do Rio Grande do Norte (p.163), Farroupilha (112), Sul-rio-grandense (p.102), de Rondônia (p. 165), Catarinense (p. 100-101), do Sudeste de Minas Gerais (p. 59), IF Baiano (p.1) e de São Paulo (p. 168). A mesma ideologia também é citada no Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (p. 4), do Instituto Federal do Paraná (p.1), do Instituto Federal do Ceará (p. 1), do Instituto Federal de Brasília (p.3), do Instituto Federal de Goiás (p.3), do Instituto Federal do Pernambuco (p.1), do Instituto Federal Goiano (p.4), do Instituto Federal Catarinense (p.4), Regimento das Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (pág.1) e no Regimento da Direção Geral de Bibliotecas do Sergipe (p.4).

Quanto à definição acerca da tipologia de biblioteca a qual pertence às bibliotecas dos IFs somente o IF de Santa Catarina (p. 218) e o Instituto Federal Farroupilha (p. 112) fazem menção à nomenclatura, classificando-as como bibliotecas escolares e universitárias, os demais se referem apenas como “biblioteca”:

Quanto à realização de projetos de extensão realizados pelas bibliotecas de IFs, foram identificados: Biblioteca fazendo arte na rua – disseminação da leitura - desenvolvido pela biblioteca do Instituto Federal Espírito Santo - Campus Barra de São Francisco (IFES-PDI, p.114); Semana do Livro e da Biblioteca – Evento - desenvolvido pela biblioteca do IFES - Campus Venda Nova do Imigrante (IFES-PDI, p. 121); Biblioteca Viva - desenvolvido pelas Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR-PDI, p. 201); “Bibliotecando”! – incentivo à Leitura para estudantes e comunidade , desenvolvido pelas Bibliotecas do IFPR (IFPE-PDI, p. 184), o que evidencia um baixo índice registrado de atividades de extensão realizadas pelas bibliotecas dos IFs e revela uma lacuna, na atuação das bibliotecas, uma vez que os IFs preveem a participação delas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto aos instrumentos norteadores para estruturação e funcionamento da biblioteca nos IFs, registram-se: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, entretanto somente o Instituto Federal do Rio Grande do Sul define que o objetivo é alcançar no mínimo nota 4 neste sistema; Decreto-Lei nº 5.296/ 2004, Nota Técnica nº 106/ 2013/MEC/ SECADI/DPPE, de 19 de agosto

2013 – Orientação à Implementação da Política Institucional de Acessibilidade na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnologia; e a Portaria MEC nº 3.284/ 03. O Instituto Federal do Rio Grande ainda cita como instrumentos norteadores para as bibliotecas a ABNT NBR 9050/ 2004 e as recomendações oriundas do I Encontro de Representantes de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ERBI), realizado em junho de 2012, em Brasília.

Considerando que sistema integrado de bibliotecas como conjunto de bibliotecas, pertencentes à mesma instituição e que estão interligadas por objetivos comuns, havendo a padronização e compartilhamento de serviços e produtos, conforme define Becker e Faqueti (2015), por meio da análise dos regimentos e regulamentos dos Sistemas de Bibliotecas indicados, é possível afirmar que estes órgãos têm a coordenação ou direção exercida por bibliotecários, e possuem a finalidade desenvolver diretrizes e políticas comuns, a fim de viabilizar a implementação e implantação de serviços e produtos nas e pelas bibliotecas dentro do mesmo Instituto, com o intuito de suprir as demandas informacionais de seus usuários. A Estruturação em Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) surge da necessidade de integrar bibliotecas, haja vista que embora localizadas em campi diferentes são parte de uma mesma instituição.

Quanto à organização das bibliotecas dos IFs em SIBI somente 11 IFs indicam ter o sistema de bibliotecas constituídos, sendo ligados a Pró-reitoria de ensino (IFSudesteMG, IFSC, IFRS, IFPR, IFBAIANO), 1 ligado a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós graduação (IFG) e 1 ligado diretamente o reitor (IFS). O IFBA e IFMG registram a existência de uma gerência de bibliotecas, ligadas a Pró-reitoria de desenvolvimento institucional e de ensino respectivamente, enquanto que o IF Farroupilha possui Regulamento unificado das bibliotecas, mas não indica a estruturação como Sistema Integrado de bibliotecas.

Quanto à composição do acervo, 30 institutos a apresentaram, seguida do quantitativo de títulos e exemplares, sendo livros e periódicos, o tipo de material comum a todas as bibliotecas. Como forma de expansão e atualização do acervo, 24 apresentaram em seus PDIs diretrizes para sua expansão e atualização. Dentre estes, seis (IFB, IFES, IFPR, IF Farroupilha e IFRO) possuem Políticas de Desenvolvimento de Coleções estabelecidas. O IFMG, IFSULDEMINAS, IF C, IFMG afirmam que a Política de Desenvolvimento de Coleções de seus respectivos institutos estão em construção.

Quanto ao horário de funcionamento da biblioteca nos IFs está compreendido entre

7h às 23h e aos sábados de 8h às 18h, variando de acordo com a demanda de cada campus. Nenhum PDI apontou a existência de biblioteca que funcionem 24 horas ininterruptas. Quanto ao espaço físico para estudos, apenas 14 indicaram a existência do mesmo, e 25 institutos apresentaram o espaço total da biblioteca. Entretanto, nenhum Instituto Federal em seu PDI informou quantos usuários cabem adequadamente sentados (cadeira/mesa) na biblioteca ao mesmo tempo.

Quanto ao pessoal técnico administrativo, 20 institutos mencionaram a existência de pessoal técnico administrativo; seis afirmam ter bibliotecário em todas as bibliotecas (IFAL, IFB, IFRN, IFRS, IFRO, IFCatarinense); 10 institutos não possuem bibliotecários em todas as bibliotecas; 22 não especificaram. Quanto aos serviços prestados pela biblioteca nos IFs, 14 institutos citaram os serviços prestados por suas bibliotecas (IFAL, IFB, IFES, IFG, IFMG, IFTM, IFPI, IFPR, IFRS, IFSUL, IFRO, IFCatarinense, IFS, IFTO). O IF'SP apresentou apenas os serviços prestados pela biblioteca do Campus Hortolândia. Quanto aos serviços oferecidos pelas, os mais relevantes indicados IF's nos foram: empréstimo domiciliar (19 institutos); reserva (14 institutos), auxílio à compreensão das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) Informação e Documentação (13 institutos), orientação e treinamento de usuários para o uso da biblioteca (13 institutos) e renovação de empréstimo (12). Quanto à estrutura física das bibliotecas, encontramos algumas instaladas provisoriamente em espaços de 40 m², como por exemplo, acontece no IF do Acre, mas também em estruturas adequadas de 3.000 m² como no IF de Brasília. Dos 38 PDIs analisados, 29 registram a previsão e intenção de construção de novas bibliotecas, reformas e adaptações nas já existentes, o IF do Acre encontra-se entre esses Institutos; seis registram intenção e previsão de reformas, sendo eles: IF de Brasília, IF do Triângulo Mineiro, IF da Paraíba, IF Farroupilha e IF de Roraima e três registram a existência de bibliotecas em todos os campi, não informando previsão de reformas, sendo eles IF Catarinense, IF de Goiás e IF do Rio Grande do Norte. Em todos os IFs onde está previsto construções, ampliações e reformas de bibliotecas, registra-se a preocupação com a acessibilidade para todos os usuários.

Quanto à automação das bibliotecas, foi possível identificar a existência dos softwares *Gnuteca* (IF do Amazonas, IFda Paraíba e IF do Triângulo Mineiro), *PHL* (IFdo Triângulo Mineiro), *Informa* (IF Fluminense), *Q_biblio* (IF do Amazonas), Biblioteca Fácil (IF do Amazonas), *SISCOBI* (IF da Paraíba), *Sophia* (IF de Santa Catarina), *Pergamum* (IF Baiano, IF do Piauí, IF do Sergipe, IF do Espírito Santo, IF de Minas Gerais, IF do Paraná, IF do Rio Grande do

Sul, IF Catarinense).

Com relação à Lei nº 12.244/2010, a qual dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil, há de se considerar os seguintes pontos importantes: a existência de bibliotecas, a existência do profissional bibliotecário, a composição do acervo, o planejamento progressivo para a implantação e o desenvolvimento das bibliotecas e o cumprimento dessa lei. Dessa forma, podemos afirmar que os 38 IFs, de forma geral, estão atendendo à referida legislação, haja vista que todos PDI's relatam planejamento administrativo e financeiro para construção de novas bibliotecas, bem como ampliação e reformas do espaço físico das bibliotecas existentes de acordo com necessidade local, e a aquisição e adaptação de mobiliários, equipamentos e acervo para atender a todos os usuários, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Quanto aos Projetos Político-Pedagógicos, dos 37 Ifs que responderam a solicitação: 13 possuem Projeto Político-Pedagógico como um documento separado do Plano de Desenvolvimento Institucional, 21 possuem o projeto político-pedagógico como parte, ou seja, um capítulo do Plano de desenvolvimento Institucional e três informaram que estão em fase de elaboração do Projeto Político-pedagógico institucional.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), dentre os 13 IFs que possuem PPPI como documento separado do PDI três não mencionam informações referentes as suas bibliotecas, a saber, IF do Pará, IF de São Paulo, IF do Sul Riograndense; nove citam a biblioteca como estrutura física obrigatória em todos os campi, a saber, IF de Alagoas, IF da Bahia, IF de Brasília, IF de Minas Gerais, IF do Sertão Pernambucano, IF de Pernambuco, IF do Rio de Janeiro, IF do Rio Grande do Norte, IF do Rio Grande do Sul; e um menciona apenas a necessidade de aquisição e atualização contínua do acervo, a saber, IF de Sergipe.

Ressalta-se que além de mencionar a biblioteca como infraestrutura física, o IFAL registra como meta em seu projeto político-pedagógico, a modernização das bibliotecas; o IF da Bahia registra adequando ou modernizando o ambiente e o acervo bibliotecas para a realização das atividades acadêmicas integradas nos diversos níveis, buscando a transformação das bibliotecas em centros de informação (library-hubs) (IFBA-PPPI, p. 69) e o IF do Sertão Pernambucano cita biblioteca como um dos ambientes de aprendizagem, local de pesquisa e acesso à internet (IFSERTÃO- PPPI, p. 21).

Dentre os 21 IFs os quais possuem o Projeto Político-Pedagógico como capítulo do Plano de Desenvolvimento Institucional apenas o IF do Sudeste de Minas Gerais contempla a

biblioteca como uma subdivisão do capítulo referente ao Projeto Político-Pedagógico Institucional, nos demais Projetos Político-Pedagógicos as bibliotecas são apresentadas em capítulos diferentes.

A biblioteca foi considerada órgão de apoio, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, para 20 IFs , sendo eles: Instituto Federal Baiano, Instituto Federal Catarinense, Instituto Federal da Bahia, Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal de Rondônia, Instituto Federal de São Paulo, Instituto Federal de Sergipe, Instituto Federal do Amazonas, Instituto Federal do Ceará, Instituto Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Pernambuco, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Instituto Federal do Sul Riograndense, Instituto Federal Farroupilha, Instituto Federal Fluminense, Instituto Federal Goiano, registra, claramente, essa visão em seus Planos de Desenvolvimento Institucional e ou no Regimento das bibliotecas;

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se a fragilidade nas definições de políticas institucionais claras voltadas para o desenvolvimento contínuo da biblioteca, enquanto aparato pedagógico imprescindível para um ensino, pesquisa e extensão; não clarificando de que forma a biblioteca atua, efetivamente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e acreditamos que está seja uma questão de grande relevância para futuras investigações científicas. Acredita-se que ausência de diretrizes nacionais, que norteiem a estruturação e o funcionamento das bibliotecas dos IFs, ocasionam discrepâncias, no entendimento sobre a função das bibliotecas nos IFs, haja vista que embora os IFs ofertem não só educação em nível superior, estes estão estruturando suas bibliotecas à luz de instrumentos e políticas voltadas para o ensino superior, como por exemplo o instrumento de avaliação de cursos de graduação do INEP (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes).

Constatou-se também que o período entre os anos 2009 a 2018 tem se configurado como um período de consolidação das bibliotecas, dentro do contexto educacional e social. Isto pode ser observado, uma vez que os planos de desenvolvimento institucional dos IFs apresentam investimentos em infraestrutura física, tecnológica, acervo e recursos humanos especializados para as bibliotecas destes institutos. A inexistência de registros de atividades sistemáticas referentes ao estudo e educação dos usuários dessas bibliotecas nos documentos

institucionais, foi identificada, ainda que a diversidade de público seja uma característica marcante de suas bibliotecas.

Uma vez que o Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político-pedagógico Institucional são documentos imprescindíveis, para nortear a organização, o desenvolvimento e prática diária dos IFs, ainda, configuram-se como fontes de informação, para futuras pesquisas. Sugerimos que as informações referentes às bibliotecas sejam padronizadas e sistematizadas, a fim de fornecer informações de cada biblioteca individualmente.

Por fim, salientamos que a ausência de regulamentação adequada, a qual norteie a estruturação e gestão das bibliotecas dos IFs, somada à ausência de políticas institucionais, colocam as bibliotecas dos IFs, em um cenário de fragilidade e incertezas, podem comprometer o seu desenvolvimento e a democratização do acesso à informação. Mas assumimos que tais discussões devam ser estabelecidas com o devido aprofundamento teórico, que, por sua vez, não foi possível ser feito adequadamente neste trabalho, uma vez que se priorizou a apresentação dos dados identificados a partir de pesquisa descritiva feita com base em análise documental. Mas manteremos esforços para que estas análises e fundamentações se construam e sirvam de suporte para a consolidação das bibliotecas do IFs.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de. **A Biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) -Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANDEIRA, L. A. N. **Cooperação em bibliotecas acadêmicas do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do ceará (IFCE)**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BECKER, CR. F.; CHAGAS, M. **Gestão de bibliotecas escolares com foco nas quatro funções gerenciais: estudo de caso nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense**. 2010. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Falgatter. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um olhar sobre a gestão**. Blumenau: IFC, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 de maio 2006, Seção 1, p. 6.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 dez. 2008a, Seção 1, p. 1.

CAMPELLO, B. **Biblioteca escolar:** conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CARVALHO, C. C. de. **Políticas públicas de acessibilidade nas instituições de ensino:** tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG campus Januária – MG. 2013. 142 f. Dissertação (mestrado em educação agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Agronomia, Rio de Janeiro, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, A. R.L. **Competências essenciais necessárias à atuação dos bibliotecários gestores de pessoas nas bibliotecas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Projeto político pedagógico institucional.** Bahia, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto político pedagógico institucional.** Maceió, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Projeto político pedagógico institucional.** Brasília, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Plano de desenvolvimento institucional:** identidade e gestão para a construção da excelência: 2015-2019. Salvador, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Blumenau, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional do IFBA:** 2014-2018. Bahia, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2015-2019. João Pessoa, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Maceió, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Brasília, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2012-2016. Goiânia, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2012-2016. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <www.ifmg.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Recife, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Plano de desenvolvimento institucional.** Porto Velho, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Roraima, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Plano de desenvolvimento institucional do IFSC:** 2015-2019. Santa Catarina, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. São Paulo, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2019. Aracaju, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Plano de desenvolvimento institucional:** PDI-IFAC/2014-2018. Rio Branco, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Macapá, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Galo da Serra, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014/2-2019/1. Vitória, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. São Luís, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Campo Grande, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Mato Grosso, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Montes Claros, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Belém, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Curitiba, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2015-2019. Teresina, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Natal, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Bento Gonçalves, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2015-2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014/2-2019. Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <www.ifsudestemg.edu.br/>. Acesso em: 02 mar. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Pouso Alegre, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2015-2019. Palmas, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Plano de desenvolvimento institucional**: PDI / 2014-2018. Uberaba, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Rio Grande do Sul, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Plano de**

desenvolvimento institucional: 2014-2018. Goiânia, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO GRANDENSE. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2019. Pelotas, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto político pedagógico institucional.** Belo Horizonte: IFMG, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto político pedagógico institucional.** Recife: IFPE, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto político pedagógico institucional.** São Paulo: IFSP, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Projeto político pedagógico institucional.** Aracaju: IFSE 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Projeto político pedagógico institucional.** Belém : IFPA 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto político pedagógico institucional:** 2014-2018. Rio de Janeiro: IFRJ, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto político pedagógico institucional.** Natal: IFRN, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto político pedagógico institucional.** Natal, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Projeto político pedagógico institucional.** Petrolina: IFSertãoPE, 2008.

MOUTINHO, S. O. M. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – campus Teresina do Sul.** 2014. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014.

PACHECO, E. (org). **Institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Moderna, 2011. 122 p.

POZZATTI, V. R. de O. **As bibliotecas do Instituto Federal do Espírito Santo e as práticas de disponibilização de trabalhos acadêmicos em formato digital.** 2016. 162 f. (Mestrado em Biblioteconomia). - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>> Acesso em: 05 mai 2016.

SALASARIO, M. G.C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão- LMC/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p.104-119, 2000. Disponível em: < <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/351>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SANTOS, C. R. N. dos. **Mapeamento das práticas de descarte de material bibliográfico em bibliotecas universitárias dos Institutos Federais**. 2016. (Mestrado em Biblioteconomia). - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, C.A.S. **As unidades de informação dos Institutos Federais no apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia**: um estudo de percepção sociocognitiva com o uso do protocolo verbal em grupo. 2012. 249 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SANTOS, Maria Aparecida Brito. **Regulamentação e concepção das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2017.

SANTOS, M. A. B. ; GRACIOSO, L. S. ; AMARAL, R. . As Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** (Online), v. 48, p. 26-43, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMA, A. M. **A Contribuição da biblioteca do IFMG - Campus Bambuí para o desenvolvimento local e regional**. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2015.

SOUSA, B. P. de. **Aspectos da representação temática pela indexação de livros**: a análise de assunto e suas concepções na diversificação de áreas do conhecimento em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Marília-SP, 2012.

SOUZA, M. A. R. **A/o bibliotecária(o)-documentalista ante as novas tecnologias e a flexibilização do trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG): 2009-2012**. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

TEIXEIRA, C. da C. **A cultura organizacional e informacional em ambiente técnico-acadêmico**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2015.